



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29/02/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 05

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Jorge Alves Custódio	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 29/02/2016

ATA Nº 05

----- Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta do Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, por se encontrar em representação do Município na BTL - Feira Internacional de Turismo de Lisboa. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 08 de fevereiro de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Participação do Município na BTL 2016

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que no próximo dia 2 de março é a inauguração do Stand do Município de Pampilhosa da Serra na BTL - Feira Internacional de Turismo de Lisboa, à qual se seguirá um jantar com as coletividades e entidades do concelho, onde será feita a apresentação de projetos de interesse comum. -----

1.1.2 - Auditoria ao Município de Pampilhosa da Serra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que a Auditoria ao Município de Pampilhosa da Serra - Controlo dos Recursos Humanos, levada a efeito pela Inspeção Geral de Finanças, com início a 16 de dezembro de 2015, terminou no dia 22 de fevereiro do corrente ano, tendo decorrido com normalidade.-----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - DIVISÃO FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 25 de fevereiro de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.754.312,15 € (Um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil trezentos e doze euros e quinze centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 312.313,80 € (trezentos e doze mil trezentos e treze euros e oitenta centimos), num total de 2.076.230,93 € (dois milhões setenta e seis mil duzentos e trinta euros e noventa e três centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

3.1 - INFORMAÇÃO

3.1.1 - Contrato de prestação de Serviços entre o Município e o Sr. Consultor Jurídico

----- Foi presente a seguinte Informação da Divisão Administrativa: -----

----- "Constata-se que o contrato de prestação de serviços celebrado entre o Município e o Sr. Consultor Jurídico tem a data de 01 de outubro de 1994, com as alterações aprovadas pela Câmara Municipal em sessão de 14/05/1996. -----

----- Tal contrato renovou-se sucessiva, automática e anualmente, tendo vindo a ser atualizado o valor da prestação mensal referente aos serviços ajustados. -----

----- Em 11 de junho de 2008, a Câmara Municipal, após proposta subscrita pelo prestador de serviços, atualizou e justificou fundamentadamente os valores mensais a pagar, o âmbito e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

condições dos serviços, tendo sido tal deliberação sido comunicada por escrito ao prestador de serviços. -----

----- O condicionalismo da proposta e adesão feita pela Câmara Municipal evidenciam claramente a natureza muito específica de tais serviços e as razões determinantes e ponderosas da adjudicação àquele prestador de serviços em concreto, apoiado na estrutura do seu escritório, constituído por outros advogados devidamente identificados, designadamente, a Sr^a Dr^a Maria Helena Martins Mateus. -----

----- Após essa data e com a aprovação e notificação dessa deliberação, deu-se continuidade ao contrato de prestação de serviços celebrado em 1994, com as atualizações ali fixadas, sendo certo que o valor ajustado para os serviços jurídicos a prestar às Freguesias foi de € 600,00 (seiscentos euros) mensais e só tem vindo a ser pagos e recebidos, certamente por lapso, € 500,00 (quinhentos euros) mensais. -----

----- Salientou-se nos considerandos que suportaram a deliberação, a qualidade técnica dos serviços jurídicos prestados, justificando-se plenamente a continuidade do ajuste direto, reconhecendo-se que "difícilmente se encontraria advogado e escritório de advogados, que reunissem os requisitos técnicos, humanos e profissionais" referidos em todos aqueles considerandos da proposta de prorrogação do prazo do contrato e da atualização da avença e fixação de uma verba de € 600,00 (seiscentos euros) a pagar diretamente à Dr^a Maria Helena Martins Mateus, para garantir o apoio jurídico às Juntas de Freguesia. -----

----- As informações sobre os processos judiciais pendentes, que têm sido apresentadas à Assembleia Municipal e o êxito alcançado nos processos relativos aos baldios e a outros, não deixam dúvidas sobre o empenho, a competência, o envolvimento e o mérito desse escritório no tratamento dos processos judiciais e a certeza de que a escolha do adjudicatário de tais serviços jurídicos só podia recair sobre a pessoa e escritório em causa. -----

----- Acontece porém, que deu-se conta ultimamente, que após a entrada em vigor do Código da Contratação Pública e das alterações no quadro legal relativas às necessidades de emissão de parecer prévio genérico para aquisição de serviços e sua renovação, não foram cumpridas pelos serviços do Município formalidades que a lei impunha no procedimento de ajuste direto, ao qual se podia e devia recorrer e especialmente na obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal para renovação do contrato de prestação de serviços em causa. -----

----- A Lei do Orçamento de Estado de 2015, aprovada pela Lei n^o 82-B/2014 de 31 de dezembro, no n^o 5 do artigo 75^o manteve a obrigatoriedade, que já vinhas das leis orçamentais anteriores, de obtenção de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de Contratos de Aquisição de Serviços, por órgão ou serviço abrangido pelo âmbito da aplicação da Lei n^o 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações. -----

----- No n^o 15 do artigo 75^o da Lei do Orçamento de 2015, estabelece-se que nas autarquias locais tal parecer é da Câmara Municipal e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n^o 5, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n^o 1 do artigo 6^o do Decreto-Lei n^o



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010 de 28 de abril. -----

----- Pelo exposto, e tomando-se consciência agora da existência de tais irregularidades, importa no entanto, cumprir a lei e sanar as irregularidades existentes. -----

----- Informei o Sr. Dr. Pedro Pereira Alves e a Sr^a Dr^a Maria Helena Martins Mateus, nos termos do artº 121º do CPA, do projeto de decisão e sua fundamentação de anular o contrato de prestação de serviços e fazer cessar os seus efeitos imediatos e fui por eles informado que não havia da sua parte qualquer oposição. -----

----- Assim sendo, proponho que o contrato de prestação de serviços seja invalidado, com efeitos a 01 de outubro de 2015, bem como a respetiva adenda de 11 de junho de 2008, de forma a proceder-se a um novo procedimento de contratação com cumprimento de todas as formalidades legais. -----

----- Mais proponho, que no decurso desse novo procedimento, o Sr. Dr. Pedro Pereira Alves e o seu escritório, através da Sr^a Dr^a Maria Helena Martins Mateus continuem investidos dos poderes forenses que lhe foram conferidos nos vários processos judiciais pendentes, de forma a que não haja prejuízo para o Município com as diligências e prazos em curso nesses processos que se encontram a correr termos em vários tribunais administrativos e comuns. -----

----- A consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- 1) Que o contrato de prestação de serviços seja invalidado, com efeitos a 01 de outubro de 2015, bem como a respetiva adenda de 11 de junho de 2008, de forma a proceder-se a um novo procedimento de contratação com cumprimento de todas as formalidades legais. -----

----- 2) Que no decurso desse novo procedimento, o Sr. Dr. Pedro Pereira Alves e o seu escritório, através da Sr^a Dr^a Maria Helena Martins Mateus continuem investidos dos poderes forenses que lhe foram conferidos nos vários processos judiciais pendentes, de forma a que não haja prejuízo para o Município com as diligências e prazos em curso nesses processos que se encontram a correr termos em vários tribunais administrativos e comuns. -----

----- 3) Revogar a deliberação contida no ponto 3 - 3.1, da ata da Câmara Municipal de 25 de janeiro de 2016, sobre o assunto em apreço. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Acumulação de Funções

----- Foi presente uma informação da Divisão Administrativa, do seguinte teor: -----

----- " A Lei nº 35/2014 de 20 de junho, estabelece a Lei Geral do Trabalho em Funções -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Públicas, consagra, à semelhança do Regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, um regime de impedimentos e incompatibilidades visando a imparcialidade no exercício das funções públicas. (artigos 19º a 24º da LTFP). -----

----- Decorre do artigo 269º da Constituição da República Portuguesa e artigos 19º e 20º da LTFP que o exercício de funções públicas não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas – princípio geral de não acumulação de funções – associado à ideia de impossibilidade de exercício simultâneo de dois cargos ou funções, visando a salvaguarda do interesse público. -----

----- Os nºs 1 e 2 do artigo 22º tipificam situações consideradas como impossibilidades absolutas e, por esse motivo, insupríveis por autorização superior, contudo, a título excecional, dispõe o nº 3 do artigo 22º do referido diploma legal, que podem ser acumuladas pelo trabalhador funções ou atividades privadas, designadas incompatibilidades relativas, desde que: -----

----- a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas; -----

----- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas; -----

----- c) Não comprometam a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas; -----

----- d) Não provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos. -----

----- A acumulação de funções está sujeita à autorização do empregador público, entendendo-se dos preceitos que regulam a matéria que, deverá o Presidente da Câmara, ou quem detenha poderes delegados para o efeito, decidir com base na informação prestada pelos serviços, se deverá ou não deferir o pedido de acumulação submetido à sua apreciação, conforme o disposto no nº 1 do artº 23º e na alínea a) do nº 2 do artº 27º da LTFP, conjugado com a alínea a) do nº 2 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

----- Importa, ainda, referir que compete aos titulares de cargos dirigentes, sob pena de cessação da comissão de serviço, nos termos do respetivo estatuto, verificar da existência de situações de acumulação de funções não autorizadas, bem como fiscalizar o cumprimento das garantias de imparcialidade no desempenho de funções públicas. (nº 3 do artigo 23º LTFP). -----

----- Assim, e uma vez que esta Lei veio revogar a Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, proponho que as acumulações existentes ao abrigo do regime anterior sejam revogadas, nos termos do artigo 165º do CPA (Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro), e que os trabalhadores interessados, voltem a fazer o pedido de acumulação de funções. -----

----- Lista das acumulações deferidas pela Câmara Municipal: -----

----- José de Jesus Barata; -----

----- Cristina Paula Ventura Antunes; -----

----- Fernando Pereira Alves. -----

----- As acumulações deferidas pela Câmara Municipal, deverão ser revogadas pelo mesmo órgão. -----

----- À consideração superior." -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Carreira Contributiva do Beneficiário 12045847644 - José Alberto Pacheco Brito Dias - Integração do Regime Geral da Segurança Social - Retificação da deliberação de 26-10-2015.

----- Foi presente uma informação do Setor de Recursos Humanos, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da deliberação tomada em reunião de Câmara, realizada no dia 26 de outubro de 2015, relativamente ao período de 02/2009 a 02/2014, cumpre-me informar que foram submetidas as declarações de remunerações mensais do beneficiário 12045847644, José Alberto Pacheco Brito Dias, via Segurança Social Direta. -----

----- Nestes termos e tendo como base a informação destes serviços, Setor de Recursos Humanos, datada de 22 de outubro de 2015, propõe-se a retificação da deliberação bem como dos valores aí refletidos: -----

----- Período de 02/2009 a 02/2014: -----

----- a) Proceder ao pagamento da importância de 46.833,28 € à Segurança Social, correspondente aos encargos da entidade patronal. -----

----- b) Proceder ao pagamento de 21.203,46 € acrescida da importância de 2.194,07 €, no total de 23.397,53 € à Segurança Social, satisfeita que seja a liquidação da referida verba do trabalhador, Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias, ausentou-se da Sala por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

3.2.1 - Minuta do Contrato de Arrendamento da Fração B, I Pavilhão, sito na Z.I. do Alto das Aldeias em Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária, realizada em 08 de fevereiro de 2016, em que foi adjudicado o arrendamento da Fração B, do I Pavilhão, sito



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

na Z.I. do Alto das Aldeias, à Sociedade Barata & Marcelino, Engenharia Energética, S. A., vêm os serviços jurídicos da Autarquia, submeter à apreciação do Sr. Presidente e apreciação e deliberação do Órgão Executivo Autárquico, a minuta do competente contrato de arrendamento de acordo com o consignado no Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações daquele Pavilhão (aprovadas em reunião de Câmara de 31/10/2006 e de 14/08/2007, em anexo). -----

----- Informam os serviços jurídicos que, conforme o disposto na Lei nº 31/2012 de 14 de agosto, na sua versão atualizada pela Lei nº 79/2014 de 19 de dezembro, que procede à revisão do Novo Regime Jurídico do Arrendamento Urbano alterando o Código Civil, o Código do Processo Civil e a Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro, que se procedeu à alteração infra da minuta do contrato, que não está em conformidade com o Documento das Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do I Pavilhão, ainda que, a nova Lei, mencione que se poderá aplicar o convencionado, isto é, poder-se-á aplicar o estipulado no Documento das Normas de Utilização e Arrendamento do citado Pavilhão, assim sugerem estes serviços que da minuta do contrato se consigne a seguinte redação: -----

----- 1) Consignou-se então, no nº 1, da Cláusula Terceira e no ponto UM da Cláusula Sexta, da minuta do contrato em questão que o mesmo produziria efeitos no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua assinatura, por forma, a que o período de pagamento da renda (1º dia útil do mês anterior àquele a que disser respeito) coincidissem com a produção de efeitos do mesmo. -----

----- Quando no Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento, estava consignado: " até ao oitavo dia do mês seguinte àquele a que disser respeito". -----

----- 2) Mais se informa que, a Sociedade em questão já apresentou o Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com o número de Apólice RC54883598, pelo período de 26/05/2015 a 26/05/2016 Tipo Continuado e o respetivo recibo de pagamento, com o nº 0143643577. Quanto ao Seguro Multirriscos com efeitos ressalvados a favor do Município, o número da Apólice é o seguinte: ME8255897, ainda não foi remetida a Documentação solicitada. -----

----- Pelo que, submete-se à apreciação e deliberação do Órgão Executivo Autárquico a minuta infra do contrato de arrendamento da Fração B, do I Pavilhão e que sejam conferidos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para a competente assinatura. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato de arrendamento da Fração B, do I Pavilhão em apreço. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para a competente assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 - Pedido de Emissão de Parecer para Isenção de IMT, formulado pela Sociedade Léguas & Legados, Ldª



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente a Informação dos Serviços Jurídicos do seguinte teor: -----

----- A sociedade comercial por quotas **Léguas & Legados, Lda**, com o NIPC 513 131 604, com sede no Largo Jaime Lameiras, s/n, Machio de Cima, na freguesia Portela do Fojo-Machio, no concelho de Pampilhosa da Serra, veio requerer, invocando o previsto na al. h) do art. 6º do CIMT, conjugado com o art. 16º da Lei nº 73/2013, de 3/09, o reconhecimento prévio da Câmara Municipal dos requisitos para isenção de IMT, para a compra que pretendem efetuar de diversos prédios rústicos. -----

----- Fundamenta o seu pedido referindo (resumidamente): -----

----- - que são sócios da requerente dois jovens agricultores que pretendem efetuar um projeto musculado de silvicultura e agricultura na União de Freguesias Portela do Fojo-Machio; -----

----- - estimam intervir em mais de 26 hectares de prédios rústicos, votados ao abandono dos seus atuais proprietários, tendo em vista o desenvolvimento de um projeto que permita revitalizar o espaço rústico, nele plantando medronheiros; -----

----- - alegam que o projeto em curso irá permitir aos seus promotores a criação de postos de trabalho diretos e indiretos (ligados a esta área de produção, ex.: remoção de solos, manutenção, limpeza, podas,...), permitindo, por outro lado, com esta intervenção, proporcionar linhas naturais de defesa e combate aos incêndios florestais; -----

----- - mais referem que o valor de aquisição dos terrenos rústicos é de 62.199,12€ e a celebração das escrituras de compra e venda serão efetuadas logo que estejam reunidas as condições legais para o efeito. -----

----- Juntaram, para o efeito: certidão permanente, cópia dos c.c. dos sócios e gerentes, relação dos prédios rústicos a adquirir, com indicação do valor total da compra e cópia do projeto entregue ao Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (onde consta que a sociedade promotora pretende proceder a uma plantação intensiva de medronheiros de regadio, que as explorações agrícolas que servem de base ao exercício da atividade agrícola são denominadas por Ribeiro, Vinha, Fonte Velha e Vale Penedo, localizando-se na freguesia de Portela do Fojo-Machio, encontrando-se em baldio, com uma ocupação de solo na sua maioria por árvores florestais, em fase de bastio e matos rasteiros, classificada como "Espaço Florestal Arborizado", abrangendo 5 parcelas, numa área total de aproximadamente 25 hectares). -----

----- Nesta sequência, foram solicitados à sociedade requerente diversos elementos, para melhor instrução do pedido e análise do mesmo, designadamente: indicação do código de acesso (válido) à certidão permanente da sociedade, planta de localização dos prédios rústicos, que serão objeto da compra e venda; cadernetas prediais dos prédios rústicos, que serão objeto da compra e venda; indicação do valor de aquisição de cada prédio, para efeitos de cálculo da estimativa da respetiva despesa fiscal (atento o disposto no nº 2 do art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09, na sua atual redação em vigor); ficheiro digital com os limites das diversas parcelas em dggw ou shapefiles;



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

bem como certidão ou cópia autenticada da deliberação sobre a aquisição onerosa dos bens da qual conste expressa e concretamente o destino destes (atento o disposto na al. d), do nº 2 do art. 10º do CIMT).

----- *A sociedade requerente apresentou os documentos solicitados, os quais se encontram juntos ao presente processo.*

----- *Face ao enquadramento no PDM, a Divisão de Desenvolvimento Municipal emitiu informação nº 961, de 22/02/2016, referindo que:*

----- *“Nada obsta a destruição do revestimento vegetal que não tenha fins agrícolas e da arborização com medronheiro nas parcelas em questão desde que:*

----- *- Se respeite as normas expressas na portaria nº 528/89, de 11 de Julho, nomeadamente da proibição da utilização das técnicas de mobilização que sejam efetuadas segundo as linhas do maior declive, além da interdição das mobilizações a menos de 30 m das linhas de águas principais, de nascentes, de terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos, assim como, a plantação ou sementeira desta espécie a menos de 20 m de terrenos de cultivo.*

----- *- Nos caminhos e estradões florestais com largura superior a 3,6 m não plante numa largura de 3 m a contar do início da berma (medição na horizontal) e nos 7 m seguintes a plantação deve ter um compasso superior a 4x5. (regulamento municipal).* ----- *- Se respeite o estabelecido no Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de Junho, republicado pelo Decreto-lei nº 17 de 14 de Janeiro;*

----- *- Se respeite o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndio.”*

----- *Cumprirá, então, informar o seguinte:*

----- *O Código do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT), aprovado pelo Decreto-lei nº 287/2003, de 12 de novembro, contempla no seu art. 6º um conjunto de isenções de impostos, de entre os quais, na al. h) “As aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais ou civis sob a fora comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social”.*

----- *Resulta do disposto no anexo à Portaria nº 22/2015, de 05/02 que todas as freguesias do concelho de Pampilhosa da Serra estão integradas na lista de Zonas Desfavorecidas – zonas de montanha.*

----- *O procedimento para reconhecimento de isenção está previsto no artigo 10º do CIMT, e depende do seguinte: “Requerimento do interessado a apresentar antes do ato ou contrato que originou a transmissão juntos dos serviços competentes para a decisão, mas sempre antes da liquidação que seria de efetuar” (nº 1), contendo a “identificação e descrição dos bens, bem como o fim a que se destinam, acompanhado dos documentos para demonstrar os pressupostos da isenção” (nº 2), no caso a que se refere a alínea h) do nº 1 do art. 6º o “documento comprovativo da qualidade do adquirente e certidão ou cópia autenticada da deliberação sobre a aquisição onerosa dos bens, da qual conste expressa e concretamente o destino destes” (nº 2, al. d)).*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Então, o reconhecimento desta isenção depende, obrigatoriamente, da prévia comprovação da Câmara Municipal de que se encontram preenchidos os requisitos para a sua atribuição (nº 3), solicitando a Autoridade Tributária e Aduaneira* (AT) à Câmara Municipal a emissão de parecer vinculativo (nº 4) e de reconhecimento prévio, por despacho do Diretor Geral da AT sobre informação do serviço competente (nº 7).-----

[* no caso, foi solicitado diretamente pela sociedade requerente, mas tal não obstará, que a Câmara Municipal se possa pronunciar sobre o requerido, atento o princípio da boa administração, consagrado no art. 5º do C.P.A.] -----

----- Por sua vez, a Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (atenta a sua atual redação), que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) prevê, nos nºs 2 e 9 do artigo 16º, a possibilidade de a Assembleia Municipal, sob proposta fundamentada da Câmara Municipal, conceder isenções totais ou parciais relativamente a impostos e outros tributos próprios (nº 2), desde que exista lei a definir os termos e condições para a sua atribuição (nº 9). -----

----- Nos termos das alíneas c) e e) do nº 1 do art. 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09 (atenta a sua atual redação em vigor), **compete à Assembleia Municipal deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do Município**, competindo à Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do art. 33º, do mesmo diploma legal, apresentar à Assembleia Municipal propostas sobre matérias da competência desta.-----

----- Importará ainda informar, para os efeitos do disposto no nº 2 do art. 16º do RFALEI, face ao pedido subscrito pela sociedade em questão, e o constante dos documentos supra referidos que o instruíram, **que o valor da despesa fiscal líquida, a suportar pelo Município de Pampilhosa da Serra, ascende a 3.032,33 €, assim demonstrada:** -----

Identificação dos prédios, sítios na freguesia de Portela do Fojo-Machio (Artigo Matricial)	Apuramento do Imposto			Encargos de cobrança (administração do imposto)		Despesa Fiscal Líquida
	Valor da Aquisição ou Valor Patrimonial (é tido em conta o + elevado) (a)	Taxa imposto (b)	Valor do Imposto – despesa fiscal	Taxa (c)	Valor	



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

	1	2	3=1*2	4	5=3*4	6=3-5
R-7151	200,00	5%	10,00	2,5%	0,25	9,75
R-6111	800,00	5%	40,00	2,5%	1,00	39,00
R-7087	100,00	5%	5,00	2,5%	0,13	4,87
R-7098	120,00	5%	6,00	2,5%	0,15	5,85
R-7095	150,00	5%	7,50	2,5%	0,19	7,31
R-7123	1.130,00	5%	56,50	2,5%	1,42	55,08
R-7147	500,00	5%	25,00	2,5%	0,63	24,37
R-7149	500,00	5%	25,00	2,5%	0,63	24,37
R-6825	218,00	5%	10,90	2,5%	0,28	10,62
R-6811	1.202,00	5%	60,10	2,5%	1,51	58,59
R-5977	115,00	5%	5,75	2,5%	0,15	5,60
R-6161	400,02	5%	20,01	2,5%	0,50	19,51
R-7564	160,00	5%	8,00	2,5%	0,20	7,80
R-5097	202,10	5%	10,11	2,5%	0,26	9,85
R-6125	3.308,00	5%	165,40	2,5%	4,14	161,26
R-10212	216,00	5%	10,80	2,5%	0,06	10,74
R-5969	107,98	5%	5,40	2,5%	0,14	5,26
R-5679	151,98	5%	7,60	2,5%	0,19	7,41
R-5659	260,02	5%	13,01	2,5%	0,33	12,68
R-5183	1.508,00	5%	75,40	2,5%	1,89	73,51
R-6219	222,02	5%	11,11	2,5%	0,28	10,83
R-6215	1.128,00	5%	56,40	2,5%	1,41	54,99
R-7245	4.000,00	5%	200,00	2,5%	5,00	195,00
R-6535	70,00	5%	3,50	2,5%	0,09	3,41
R-6645	11.600,00	5%	580,00	2,5%	14,50	565,50
R-6875	680,00	5%	34,00	2,5%	0,85	33,15
R-6919	100,00	5%	5,00	2,5%	0,13	4,87
R-6933	100,00	5%	5,00	2,5%	0,13	4,87
R-6965	100,00	5%	5,00	2,5%	0,13	4,87
R-6953	9.000,00	5%	450,00	2,5%	11,25	438,75
R-7111	200,00	5%	10,00	2,5%	0,25	9,75
R-7125	100,00	5%	5,00	2,5%	0,13	4,87
R-7165	300,00	5%	15,00	2,5%	0,38	14,62
R-7173	14.350,00	5%	717,50	2,5%	17,94	699,56
R-7219	200,00	5%	10,00	2,5%	0,25	9,75
R-7221	200,00	5%	10,00	2,5%	0,25	9,75
R-7223	100,00	5%	5,00	2,5%	0,13	4,87
R-7270	400,00	5%	20,00	2,5%	0,50	19,50
R-7570	100,00	5%	5,00	2,5%	0,13	4,87



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

R-7686	1.400,00	5%	70,00	2,5%	1,75	68,25
R-10142	200,00	5%	10,00	2,5%	0,25	9,75
R-10164	2.800,00	5%	140,00	2,5%	3,50	136,50
R-7091	1.750,00	5%	87,50	2,5%	2,19	85,31
R-7093	1.750,00	5%	87,50	2,5%	2,19	85,31
TOTAL	62.199,12 €		3.109,99 €		77,66	3.032,33 €

a) Valor identificado na ata nº 3 da sociedade comercial requerente, de 03/06/2015. -----

b) Artigo 17º, nº 1, al. c) do CIMT -----

c) Al. b), do nº 4, do art. 17º da Lei nº 73/2013, de 03/09 -----

----- Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 3 do art. 10º do CIMT, **reconhecido que seja o superior interesse económico e social, na aquisição dos bens imóveis supra identificados, a efetuar pela sociedade comercial Léguas & Legados, Lda, que os destinará ao exercício de atividade agrícola relacionada com a plantação de medronheiros**, dentro do quadro factual, documental e normativo acima descritos, sou de entendimento, salvo melhor opinião, que no caso em análise e concretamente em matéria de isenção de IMT, se encontram preenchidos os requisitos necessários e exigidos na al. h) do art. 6º, d), nº 2 e nº 3 do art. 10º do CIMT, para que seja permitido o reconhecimento de isenção de IMT requerido pela sociedade comercial Léguas & Legados, Lda, a saber: -----

----- - A requerente é uma sociedade comercial código de acesso 0818-6344-5656, cujo objeto social contempla a exploração agrícola e pecuária; -----

----- - Juntou cópia autenticada da deliberação tomada em reunião de 03/06/2015 sobre a aquisição onerosa dos bens imóveis em questão, da qual consta expressa e concretamente o destino destes; -----

----- Pelo que a Câmara Municipal poderá, querendo, propor à Assembleia Municipal a emissão de parecer vinculativo a que se refere o nº 4 do art. 10º do CIMT, relativamente à aquisição dos 44 prédios rústicos identificados na tabela supra, pelo valor nela constante, os quais se destinarão ao exercício de atividade agrícola relacionada com a plantação de medronheiros. -----

----- Face ao exposto, depois de analisar e tendo em consideração as Informações dos Serviços Relativamente ao assunto em apreço, reconhecendo a Câmara Municipal o superior interesse económico e social na aquisição dos bens imóveis identificados para o exercício de atividade agrícola relacionada com a plantação de medronheiros e, em cumprimento do disposto na al. ccc), do nº 1, do art. 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal, órgão com competência para o reconhecimento de benefícios em matéria de impostos municipais, a emissão de parecer vinculativo, relativamente à aquisição, por parte da sociedade Léguas e Legados, Lda (NIPC 513 131 604), dos prédios rústicos identificados na Informação supra. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais deliberou, solicitar que a Assembleia Municipal aprove a deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do art. 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 - Minuta de Protocolo de Colaboração - Vigilância Florestal na Freguesia de Pessegueiro no ano 2015

----- Na sequência de um ofício remetido pela Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, com o registo de entrada nos serviços nº 1292, de 03/02/2016, no qual solicita a comparticipação do Município em 4.434,08 €, nos encargos decorrentes da disponibilização de meios humanos, necessários à execução do Programa de Vigilância Florestal na Freguesia de Pessegueiro, durante os meses de verão, no ano de 2015; à semelhança do ocorrido nos anos transatos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, conceder o referido apoio financeiro de 4.434,08 € (quatro mil quatrocentos e trinta e quatro euros e oito centimos) à Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, destinado a apoiar financeiramente a sua intervenção na implementação do programa de vigilância florestal, no ano de 2015, na Freguesia de Pessegueiro, tendo em vista a execução do PMDFCI de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

4.1.1 - Edifício dos Paços do Concelho

- Artigo Matricial 2303 da freguesia de Pampilhosa da Serra
- Licença de Utilização

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis foi realizada, pela comissão de vistorias constituída pelo Sr. Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, Luís Filipe Simões Batista, Técnico Superior e Pedro Tiago Sousa Santa,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

Técnico Superior, vistoria ao edifício destinado a serviços, denominado "PAÇOS DO CONCELHO", sito na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo 2303, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, cujo relatório se anexa à presente informação e dela faz parte integrante.-----

----- Tendo em consideração o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Decreto Lei n.º 26/2010 de 30 de março, as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais estão isentas de controlo prévio, o que se verifica no presente caso. -----

----- Nestes termos, proponho que o citado relatório seja apreciado e votado em reunião de Câmara, para efeitos de homologação do mesmo. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




